



Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Comercial

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Os coobrigados de uma duplicata respondem solidariamente:

- a) apenas pelo pagamento do título;
- b) apenas pelo aceite do título;
- c) pelo aceite e pelo pagamento do título;
- d) a solidariedade só ocorre caso o título tenha sido protestado;
- e) o coobrigado não responde solidariamente pelo aceite do título;

2ª Questão: Nos termos da Lei n. 5.474/68, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A duplicata pode ser protestada por falta de aceite;
- b) A duplicata pode ser protestada por falta de devolução;
- c) A duplicata pode ser protestada por falta de pagamento;
- d) O fato de não ter sido a duplicata protestada por falta de aceite ou por falta de devolução inibe o protesto por falta de pagamento;
- e) O protesto deve ser tirado na praça de pagamento do título;

3ª Questão: Com relação ao cheque, é **correto** afirmar-se que:

- a) o sacado responde solidariamente com o emitente pelo pagamento do cheque;
- b) ao estabelecimento de crédito é facultado avaliar o cheque contra si sacado;
- c) o sacado pode endossar a terceiro o cheque contra si emitido;
- d) o local de emissão do cheque é requisito essencial à sua validade;
- e) o endosso do cheque após o prazo para a sua apresentação gera os efeitos de cessão civil de crédito;



4ª Questão: Referentemente à nota promissória, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a data de emissão é requisito essencial da nota promissória, com a sua ausência destituindo-a de eficácia como nota promissória;
- b) não indicada, na nota promissória, a data de seu vencimento é ela exigível à vista;
- c) a denominação ‘nota promissória’ é essencial à eficácia cambiária do título;
- d) na falta de identificação do beneficiário da nota promissória há que ser entendida ter sido ela emitida ao portador;
- e) a falta de identificação do lugar de pagamento do título é requisito suprível.

GABARITO:

| | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| C | D | E | D |

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a única **correta**:

- a) No processo de falência, o síndico nomeado pode delegar as funções a um terceiro de sua confiança.
- b) As ações e execuções embasadas em títulos sujeitos à falência ficam de regra suspensas. Entretanto, estando o processo de execução em fase de arrematação, com datas designadas, as praças ou leilões serão suspensos.
- c) O crédito por aluguel de prédio locado ao falido para seu estabelecimento comercial ou industrial é privilegiado em relação aos móveis que guarnecem o imóvel alugado.
- d) As prestações alimentares podem ser reclamadas na falência.
- e) Todas as alternativas são incorretas.



2ª Questão: Com relação à LETRA DE CÂMBIO, assinale a alternativa **correta**:

- a) A letra de câmbio não pode ser emitida ao portador.
- b) A letra de câmbio pode ser endossada parcialmente.
- c) O portador de uma letra de câmbio não está obrigado, quando do vencimento, a receber o pagamento parcial.
- d) A propriedade de uma letra de câmbio ao portador ou endossada em branco firma-se pela posse do título.
- e) É lícito ao emitente da letra de câmbio excluir ou restringir a sua responsabilidade cambial.

3ª Questão: Tratando-se de CHEQUE, assinale, dentre as seguintes, a alternativa **INCORRETA**:

- a) A identificação do sacado é requisito essencial à caracterização do cheque, não podendo ser suprida.
- b) O cheque admite endosso parcial.
- c) Endossado o cheque em branco, seu portador pode preencher o espaço em branco com o nome de um terceiro.
- a) O endosso de um cheque após escoado o prazo de apresentação ao sacado não tem efeito de endosso.
- b) O sacador ou portador podem proibir que o seu pagamento seja feito em dinheiro, desde que façam inserir na face do cheque a expressão "para levar em conta" ou outra equivalente.

4ª Questão: No referente à DUPLICATA, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na compra e venda mercantil, extraída a fatura, a duplicata pode ser substituída por outro título de crédito.



- b) Uma só duplicata pode englobar várias faturas.
- c) De uma só fatura podem se originar mais de uma duplicata.
- d) Prorrogado o prazo de vencimento da duplicata, sem a anuência expressa do avalista, a responsabilidade deste não subsiste.
- e) Uma só fatura pode englobar várias notas fiscais.

GABARITO:

| 01 | 02 | 03 | 04 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| C | D | B | A |

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às letras de câmbio e notas promissórias:

- a) Para efeitos cambiais, considera-se não escrita a cláusula que proíbe o endosso.
- b) A letra é considerada vencida se protestada por falta ou recusa de aceite.
- c) O portador é obrigado a receber pagamento parcial ao tempo do vencimento.
- d) A ação cambial do portador da letra contra o endossante prescreve em 12 meses.
- e) As obrigações cambiais são dependentes umas das outras, de tal modo que a declaração de nulidade de uma das obrigações aproveita os demais coobrigados.

2ª Questão: Não constitui obrigação afeita ao direito cambiário:

- a) o saque



- b) a fiança
- c) o aceite
- d) o endosso
- e) a intervenção

3ª Questão: Na sociedade limitada, salvo disposição legal ou contratual em contrário, não depende de deliberação dos sócios:

- a) o uso da firma ou razão social
- b) julgamento das contas dos liquidantes
- c) a fusão da sociedade
- d) a destituição dos administradores
- e) aprovação das contas dos administradores

4ª Questão: Qual dos títulos de crédito abaixo pode ser sacado com base num contrato de compra e venda mercantil:

- a) cheque
- b) letra de câmbio
- c) duplicata
- d) nota promissória
- e) debênture

5ª Questão: Quanto à falência, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os bens absolutamente impenhoráveis não se compreendem na falência.
- b) As contas correntes do falido consideram-se encerradas no momento da sua declaração, verificando-se o respectivo saldo.
- c) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, acerca de negócios que interessam à massa falida continua em vigor até que seja revogado pelo síndico.



- d) A ação revocatória corre perante o juiz da falência e tem por objeto revogar os atos prejudiciais aos interesses da massa, independentemente da intenção do devedor em fraudar credores.
- e) Podem ser nela reclamadas as penas pecuniárias devidas por infração de leis administrativas.

GABARITO:

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 |
|----|----|----|----|----|
| E | B | A | C | E |

Prova de 2006

1ª Questão: Assinale a alternativa correta.

No referente ao contrato de Mandato Mercantil e de Comissão Mercantil, é dado afirmar:

- a) No contrato de mandato mercantil o mandatário age em nome próprio.
- b) Trata-se de um único contrato, porém com denominações diversas.
- c) No contrato de comissão mercantil o comissário contrata em nome próprio ou em nome de sua firma ou razão social.
- d) O comitente, nos contratos de comissão mercantil, responde perante terceiros pelas obrigações que o comissário, em seu favor, contrair.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

2ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

No referente aos efeitos da falência sobre os contratos da falida, pode-se concluir:



- a) Não é admitida, nos contratos firmados com sociedade empresária, previsão expressa autorizando sua rescisão no caso de falência de um dos contratantes.
- b) Os contratos bilaterais cujo cumprimento já foi iniciado por uma das partes não podem ser rescindidos em razão da falência de uma das partes.
- c) Os contratos bilaterais da falida podem, mesmo sem autorização do juízo, ser cumpridos pelo administrador judicial, se tal cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida.
- d) A falência não provoca, de regra, a rescisão dos contratos da falida.
- e) É válida a cláusula rescisão de contrato em razão da mera distribuição de pedido de falência contra um dos contratantes.

3ª Questão: Assinale a alternativa correta.

No que pertine à recuperação de empresas – Lei n.º 11.101 de 09/02/2005, é dado concluir:

- a) O plano de recuperação judicial não implica em novação dos créditos anteriores ao pedido.
- b) De regra, o plano de recuperação judicial acarreta o prejuízo das garantias em favor dos credores e ele sujeitos.
- c) A decisão judicial que concede a recuperação judicial constitui título executivo judicial.
- d) O deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial não impede que o devedor dele desista, mesmo quando essa desistência não for aprovada pela assembléia geral de credores.
- e) Nenhuma das alternativas apresentadas é correta.

4ª Questão: Em atenção à Lei do Cheque, assinale a opção correta:

- a) O cheque pode ser endossado parcialmente.



- b) O cheque cruzado não é transmissível por endosso.
- c) O cheque cruzado não admite mais de um cruzamento.
- d) A cessão de um cheque nominativo só pode ser feito no próprio cheque.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

GABARITO:

| 01 | 02 | 03 | 04 |
|----|----|----|----|
| C | A | C | E |

Prova – Agosto de 2007

1ª Questão: Com relação às debêntures, assinale a alternativa **correta**.

- a) Debêntures não são títulos causais.
- b) Debêntures podem ser emitidas exclusivamente pelas sociedades anônimas, pelas sociedades por quotas de responsabilidade limitada e pelas sociedades em comandita por ações.
- c) As debêntures têm como finalidade específica a captação de recursos.
- d) As debêntures jamais poderão ser convertidas em ações da sociedade empresária que as emitiu.
- e) As debêntures atribuem aos seus portadores um direito de participação na sociedade que as emitiu.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A cédula hipotecária não é título necessariamente causal.
- b) A cédula hipotecária não traduz uma obrigação de pagamento, mas sim uma obrigação de entregar determinado produto.



- c) A cédula hipotecária admite circulação ao portador.
- d) A cédula hipotecária só admite transmissão por endosso em preto.
- e) A cédula hipotecária pode ser transmitida tanto por endosso em branco como por endosso em preto.

3ª Questão: Assinale, quanto ao CHEQUE, a alternativa **INCORRETA**:

- a) O sacado não pode ser responsabilizado pela obrigação decorrente de cheque emitido sem suficiente provisão de fundos.
- b) Emitido o cheque contra conta bancária conjunta, só é responsável pelo seu pagamento o correntista que o emitiu, não prevalecendo, em tal hipótese, o princípio da solidariedade.
- c) Ainda que apresentado fora do prazo previsto em lei, o cheque viabiliza ao seu portador o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.
- d) O cheque pré-datado (ou pós-datado) pode ser pago quando apresentado ao sacado em data diversa do de sua emissão.
- e) A prescrição do cheque pós-datado começa a fluir, não da data lançada como a de sua emissão, mas da de sua apresentação ao sacado, quando esta for precedente àquela.

4ª Questão: No referente à proteção do direito de marcas, assinale a alternativa **correta**:

- a) A falsa indicação de proveniência do produto não configura, no direito de marcas, qualquer ilicitude, desde que devidamente registrado o original.
- b) A proteção legal ao direito de marcas não se estende às indústrias agrícolas e extrativas.
- c) No direito marcário, o princípio da especialidade afasta a possibilidade de empresas, ainda que diversas as suas atividades ou o seu ramo de comércio ou indústria, se utilizem de uma mesma marca.



- d) No direito marcário, o princípio da especialidade não é absoluto.
e) É indispensável que a marca seja notória para que aufera ela de proteção legal.

GABARITO:

| | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| C | D | C | D |

Prova – Junho de 2008

1ª Questão: Relativamente aos títulos de crédito, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Pelo princípio da cartularidade, o credor do título de crédito deve provar que se encontra na posse do documento para exercer o direito nele mencionado.
- II. Atos consubstanciados em documentos apartados, ainda que válidos e eficazes entre os sujeitos envolvidos, não produzirão efeitos perante o portador do título.
- III. Pelo princípio da autonomia das obrigações cambiais, os vícios que comprometem a validade de uma relação jurídica, documentada em título de crédito, não se estendem às demais relações abrangidas no mesmo documento.
- IV. Quando o título de crédito é posto em circulação, diz-se que se opera a abstração, isto é, a desvinculação do ato ou negócio jurídico que deu ensejo à sua criação.
- V. As pessoas acionadas em virtude de uma letra não podem opor ao portador exceções fundadas sobre as relações pessoais delas com o sacador ou com os portadores anteriores, a menos que o portador ao adquirir a letra tenha procedido conscientemente em detrimento do devedor.
- a) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
b) Todas as proposições estão incorretas.
c) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
d) Somente a proposição I está incorreta.



e) Todas as proposições estão corretas.

2ª Questão: No que concerne aos encargos de inadimplência, considerando o entendimento dominante do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina definido por Enunciados do Grupo de Câmaras de Direito Comercial, aplicados aos contratos bancários, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. É admitida a cobrança cumulada da comissão de permanência, multa contratual e correção monetária.

II. Inexistindo no contrato a pactuação de encargos para o período de inadimplência, este período não é passível de remuneração.

III. A comissão de permanência deve observar, como parâmetro para sua cobrança, a taxa média de mercado para o período de normalidade contratual.

IV. A multa contratual incide no patamar de 2% (dois por cento) e os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao ano, conforme previsão do Decreto-lei n.º 22.626/33.

V. A comissão de permanência tem duplo objetivo quando aplicada aos contratos bancários, quais sejam, o de atualizar o valor da dívida a partir de seu vencimento e o de remunerar o credor pelo inadimplemento da obrigação.

a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

b) Somente as proposições III e V estão corretas.

c) Somente a proposição V está correta.

d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

3ª Questão: Quanto às sociedades comerciais e as relações entre sócios, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Se os bens da sociedade em nome coletivo não lhe cobrirem as dívidas, respondem os



sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

II. A sociedade pode ser dissolvida: judicialmente; a requerimento de qualquer dos sócios; quando anulada a sua constituição; exaurido o fim social; ou verificada a sua inexecutabilidade.

III. O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

IV. Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na cota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

V. Os bens particulares dos sócios podem ser executados por dívidas da sociedade, mesmo antes de executados os bens sociais.

a) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.

b) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.

c) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.

d) Apenas as proposições I e III estão incorretas.

e) Apenas as proposições III e V estão incorretas.

4ª Questão: Relativamente à Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. A decretação da falência suspende o curso da prescrição e de todas as execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

II. Na classificação dos créditos na falência, aqueles advindos da legislação do trabalho serão satisfeitos em primeiro lugar, não havendo como encaixá-los no conceito de quirografários.

III. Para decretação da falência do devedor que, executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia a penhora bens suficientes dentro do prazo legal, exige-se que o pedido de falência esteja instruído com certidão comprobatória desta condição, a ser expedida pelo juízo de falências.



IV. Constitui mera liberalidade do administrador judicial na falência, o cumprimento dos contratos bilaterais, que com aquela não se resolvem.

V. Os crimes falenciais serão processados e julgados perante o juiz criminal da Comarca onde tenha sido decretada a falência, sendo a ação movida para fim de apuração de ditos crimes, ação penal pública incondicionada e nunca privada subsidiária da pública.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

5ª Questão: Quanto às obrigações cambiais, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Admite-se o aval no anverso do título, desde que assinado pelo avalista.

II. O endosso é modalidade de título de crédito à ordem no qual o endossante deve indicar endossatário, sendo suficiente para a validade do endosso, que deve ser dado no verso do título, a assinatura do endossante.

III. O aceite é ato pelo qual o sacador se constitui como devedor principal do título e o sacado como co-obrigado.

IV. É vedado o endosso parcial enquanto o aceite parcial é permitido.

V. O efeito do saque é constituir o emitente como co-obrigado pelo título.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.

GABARITO:

| | | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|



| | | | | |
|---|---|---------|---|---|
| E | B | ANULADA | A | E |
|---|---|---------|---|---|

Prova de 2009

1ª Questão: No que respeita ao empresário e ao estabelecimento comercial, é **correto** afirmar:

I. Não se considera empresário comercial quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo quando o exercício da profissão constituir elemento da empresa.

II. O aspecto econômico da atividade comercial tem três acepções distintas: o intuito lucrativo, a assunção de riscos econômicos e a consecução de um fim.

III. Um artista que exerce uma profissão intelectual e que tenha sob suas ordens três funcionários é qualificado como empresário comercial, segundo a dicção do Código Civil.

IV. As perspectivas de lucro não constituem elemento a ser considerado na avaliação do estabelecimento comercial.

V. O trespasso ou transpasse do estabelecimento comercial é admitido no Direito brasileiro.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e V estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

2ª Questão: Observe as seguintes proposições sobre as sociedades por quotas de responsabilidade limitada e assinale a alternativa **correta**:



I. A desconsideração da personalidade jurídica não objetiva a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão; cuida somente de declarar a sua ineficácia para determinado ato.

II. É dispensável a cláusula resolutória para a exclusão do sócio remisso.

III. A mora do sócio remisso deve estar acompanhada da sua prévia notificação para que, no prazo de dez dias, liquide a dívida. Ocorrendo a mora, os demais sócios podem promover ação de indenização, pedindo também o dano emergente.

IV. O capital social é representado pelo conjunto de bens da sociedade comercial, incluindo as quotas integralizadas.

V. O sócio-administrador pode delegar o uso da firma a terceiro mesmo que a isso se oponha o contrato social; neste caso, responderá pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo seu substituto e terá direito aos lucros havidos com o negócio.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

3ª Questão: Ainda na esfera das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, assinale a alternativa **correta**:

I. Falecendo um dos sócios, o ingresso dos herdeiros na sociedade é obrigatório, desde que haja cláusula contratual expressa.

II. A exclusão do sócio “vivo” será sempre judicial quando a sociedade for composta por apenas dois sócios.

III. O Código Civil consagra hipótese excepcional de continuidade do exercício individual da empresa pelo incapaz não emancipado, exigindo que este esteja devidamente representado nos negócios e seja autorizado por alvará judicial.

IV. A sociedade comercial, embora tenha características distintas, recebe a aplicação



dos princípios que norteiam o direito contratual, com as adaptações pertinentes à sua natureza.

Primando-se, assim, pela teoria da autonomia da vontade, é prescindível a existência de cláusula autorizadora do direito de recesso na sociedade empresarial por prazo indeterminado.

V. A exclusão do sócio é de eficácia imediata, que se dá a partir do arquivamento perante a Junta Comercial.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

4ª Questão: Sobre as sociedades anônimas assinale a alternativa **correta**:

I. A dissolução de uma companhia aberta não é direito potestativo da parte. O Poder Judiciário pode decidir sobre a sua conveniência pelo eventual desfalque financeiro provocado pelo direito de reembolso do retirante.

II. As reservas de contingência são formadas por deliberação dos sócios e objetivam suportar perdas prováveis no exercício futuro.

III. Na companhia aberta é necessário o Conselho de Administração.

IV. O acordo de acionistas pode dispor apenas das obrigações de fazer. Sua eficácia depende da averbação nos livros sociais e nos certificados (se houver), e o seu descumprimento redundará no direito à execução específica.

V. O voto múltiplo é uma espécie de voto repartido, podendo ser invocado por aqueles acionistas que representam um décimo do capital votante. A renúncia a este direito de voto é ineficaz em razão da interpretação sistemática de proteção aos acionistas minoritários.



- a) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- e) Somente a proposição IV está incorreta.

5ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. O Código Civil considera a sociedade cooperativa como um tipo de sociedade simples, não empresarial. Seus atos constitutivos não necessitam de arquivamento na Junta Comercial para que a cooperativa alcance a personalidade jurídica.
- II. O nome empresarial é um elemento inconfundível de identificação do empresário, seja pessoa física ou jurídica.
- III. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode funcionar no Brasil sem autorização do Poder Executivo Federal, salvo quando sua instalação no país ocorrer através de estabelecimentos subordinados.
- IV. A incorporação é o processo pelo qual uma ou várias sociedades, desde que de igual tipo societário, são absorvidas por outra que as sucede universalmente em todos os direitos e obrigações.
- V. A transformação é a alteração da forma societária com a dissolução ou liquidação da sociedade anterior.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

6ª Questão: Sobre a esfera falimentar e na recuperação judicial, assinale a alternativa **correta**:



I. No caso de falência do sócio por crédito particular, é legítimo ao administrador judicial pedir a apuração dos haveres, mas tal direito também é conferido aos arrematantes não admitidos na sociedade.

II. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes. O total pago ao administrador judicial não excederá cinco por cento do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

III. Na falência, os créditos retardatários não perderão o direito a rateios eventualmente realizados, mas ficarão sujeitos ao pagamento de custas, não se computando os acessórios compreendidos entre o término do prazo e a data do pedido de habilitação.

IV. O administrador judicial, para o célere andamento do feito, somente poderá se manifestar nos autos nos casos expressamente previstos na Lei de Recuperação e Falências.

V. A declaração da falência suspende o direito de recesso do sócio, mas não resolve os contratos bilaterais que podem ser cumpridos pelo administrador judicial. Silenciando este último, o contratante pode interpelá-lo para que, em 15 dias, declare se cumprirá ou não o contrato.

- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.

7ª Questão: Diante das afirmações abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. O contrato bancário de abertura de crédito rotativo em dinheiro é caracterizado como



mútuo feneratício. O tomador paga os juros apenas sobre os valores efetivamente utilizados. No entanto, a instituição financeira não pode cobrar a comissão de abertura de crédito se não houve utilização do valor em parte ou total.

II. O aceite ordinário de duplicata mercantil é aquele dado no campo próprio do título, enquanto o aceite por comunicação é confirmado por escrito. O aceite ordinário permite a circulação do título, já o aceite por comunicação não torna hábil a duplicata para a circulação, embora o torne suficiente para o protesto e para a ação de execução.

III. Nos contratos de seguro marítimo é dispensável a inspeção judicial para que seja declarado o direito à indenização.

IV. A invalidade da cambial implica a nulidade da relação jurídica que a criou.

V. A rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços poderá ter seus efeitos adiados até transcorrido prazo suficiente para que a parte prejudicada que fez investimentos de vulto não sofra maiores consequências, analisadas as circunstâncias do caso concreto pelo Judiciário. Por seu turno, a resolução do contrato de prestação de serviços pode ocorrer através de pacto comissório e, na ausência de estipulação, diz-se que ele é tácito quando ocorrer o inadimplemento de uma das obrigações.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

8ª Questão: Considerando esta afirmação: “É dispensável a licitação”, assinale a alternativa **correta**:

I. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.



II. Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

III. Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei 8.666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

IV. Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

9ª Questão: Considerando a Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública) assinale a alternativa **correta**:

I. São modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso e leilão.

II. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

III. É vedada a utilização da modalidade “convite” ou “tomada de preços”, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de “tomada de preços” ou “concorrência”, respectivamente, nos termos do art. 23, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.



IV. No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no *caput* do art. 23 quando formado por até três entes da Federação, e o quádruplo quando formados por maior número.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão incorretas.

10ª Questão: Assinale a alternativa **correta**. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

- I. Identificação do objeto a ser executado.
 - II. Plano de aplicação dos recursos financeiros.
 - III. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.
 - IV. Se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Somente a proposição IV está correta.

11ª Questão: Sobre o poder de polícia do Estado é **correto** afirmar:



I. Costuma-se apontar como atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, além do fato de corresponder a uma atividade negativa.

II. A discricionariedade, embora esteja presente na maior parte das medidas de polícia, nem sempre ocorre.

III. A autoexecutoriedade é a possibilidade que tem a Administração de, com os próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

IV. A coercibilidade é indissociável da autoexecutoriedade. O ato de polícia só é autoexecutório porque dotado de força coercitiva.

- a) Somente a proposição IV está incorreta.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

12ª Questão: Examine as proposições abaixo, concernentes à “desapropriação”, e assinale a alternativa **correta**:

I. Sujeito ativo é a pessoa à qual é deferido, nos termos da Constituição e legislação ordinária, o direito objetivo de expropriar.

II. Sujeito passivo da desapropriação é o expropriado, que pode ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada.

III. Os pressupostos da desapropriação, conforme a Constituição, são a necessidade e a utilidade pública.

IV. Todos os bens poderão ser desapropriados, incluindo coisas móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, públicas ou privadas.

- a) Todas as proposições estão corretas.



- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente a proposição IV está correta.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas

13ª Questão: Assinale a opção **INCORRETA** a respeito dos servidores públicos:

- a) A Emenda Constitucional n.º 19, além de excluir do art. 39 o princípio da isonomia de vencimentos, introduziu, ao atual regime, o regime de subsídios para determinadas categorias de agentes públicos.
- b) A Constituição Federal, no capítulo da Administração Pública, emprega a expressão “servidores públicos” para designar as pessoas que prestam serviços, com vínculo empregatício, à Administração Pública direta, indireta, autarquias e fundações públicas.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) Serão obrigatoriamente remunerados por subsídio, entre outros, os integrantes da Advocacia Geral da União, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal e os Defensores Públicos.
- e) Com a edição da Emenda Constitucional n.º 19, o direito positivo constitucional de acesso aos cargos, empregos e funções públicas estendeu-se também aos estrangeiros, “na forma da lei”.

14ª Questão: Examine as proposições abaixo, concernentes ao “princípio da moralidade pública”, e assinale a alternativa **correta**:

- I. A moralidade administrativa consiste não na moral comum, mas sim na moral jurídica, imposta ao agente público para seu comportamento interno, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum.



II. O conceito de moralidade administrativa é vago e impreciso; por vezes, acaba absorvido pelo princípio da legalidade, razão pela qual nem todos os autores aceitam a existência dele, pois sua configuração é de difícil tradução verbal.

III. O sujeito ativo é o agente público entendido *lato sensu*, englobando todo servidor da Administração direta ou indireta, com ou sem remuneração, contratado ou agenciado por qualquer outra forma de investidura ou vínculo, bem como aquele que praticar ato de improbidade ou com ele concorrer para auferir qualquer vantagem.

IV. As sanções previstas na lei de improbidade administrativa têm natureza civil, política e administrativa; entretanto, em face da força normativa dos princípios que gravitam na órbita da Carta Magna, a possibilidade de cominação de diferentes espécies de penalidade afasta a aplicação do princípio da proporcionalidade.

- a) Somente a proposição IV está incorreta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

GABARITO:

| | | | | | | | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| D | B | D | E | B | D | E | D | C | D |
| 11 | 12 | 13 | 14 | | | | | | |
| E | C | B | A | | | | | | |

PROVA DE 2010

71ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Para o ato ser considerado de comércio é necessário o cumprimento dos requisitos de



exploração econômica, fins lucrativos e forma mercantil, ou que a lei declare esta qualidade.

II. O direito de empresa foi uma das mais relevantes mudanças inseridas no Código Civil de 2002, abolindo a dualidade de normatização das obrigações e de diversos tipos de contratos.

III. Quem exerce a profissão intelectual de natureza científica é sempre obrigado a se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início de sua atividade.

IV. Cônjuges casados sob regime de comunhão universal de bens ou de separação obrigatória não podem contratar sociedade entre si ou com terceiros.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

72ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. O Grupo de Consórcio não pode ser considerado uma sociedade.

II. As Cooperativas são sociedades empresárias.

III. Terceiros só podem provar, por escrito, a existência de uma sociedade.

IV. Somente Leis Tributárias e a Lei de Falência e Recuperação da Empresa desestimulam a atividade empresarial desorganizada que não mantenha seus livros obrigatórios e escrituração contábil em ordem.

- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.



73ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. A sociedade controladora sempre exerce o direito de voto em correspondência ao total das ações ou quotas que detenha da sua controlada.

II. As obrigações dos sócios começam a partir do arquivamento do contrato na Junta Comercial.

III. É nula a obrigação contraída por Magistrado em nome de sociedade comercial da qual seja administrador.

IV. Os poderes de administração conferidos por cláusula contratual ao sócio não podem ser revogados por deliberação dos demais sócios.

- a) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

74ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Quando pactuada, é admissível a cobrança da comissão de permanência, respeitado o limite dos juros remuneratórios avençados, desde que não excedida a taxa média de mercado aferida pelo Banco Central do Brasil, em todos os contratos bancários, mesmo os já quitados.

II. Nas ações de busca e apreensão fundadas em contratos de financiamento garantidos por alienação fiduciária de bens móveis, justificase a conversão da busca e apreensão em ação de depósito quando já deferida e angularizada a relação processual.

III. A nota promissória vinculada a contrato de cheque especial goza de autonomia.

IV. Na ausência de pactuação expressa do indexador, aplica-se a taxa referencial como fator de correção monetária nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação, porque



aplicados aos saldos das cadernetas de poupança.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

75ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O *warrant*, quando destacado do conhecimento de depósito, torna-se título abstrato.
- II. A duplicata de fatura é título que admite aval.
- III. Número inferior a três membros não impede o funcionamento do Comitê de Credores na falência.
- IV. O deferimento do processamento da recuperação judicial é causa suspensiva da prescrição de execução movimentada por credores particulares em face do sócio solidário.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

76ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O empresário casado sob regime de comunhão universal pode alienar, ou gravar de ônus, imóvel integrante do patrimônio da empresa, sem outorga uxória.
- II. O Código Civil veda a quem tenha como sua principal profissão a atividade rural, a possibilidade de requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.



III. O sócio não pode ser impedido de examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da sociedade.

IV. A tabela *price* não implica capitalização.

- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

77ª Questão: Segundo a Lei n. 11.101/2005, que trata da Falência e da Recuperação da Empresa, assinale a alternativa **correta**:

I. As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas em lei, poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem sua intenção de fazê-lo na petição inicial e cujo plano não poderá prever parcelamento superior a 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

II. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes. Deste valor será reservado 60% (sessenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após aprovadas as suas contas.

III. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.

IV. São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.



- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

78ª Questão: Segundo a Lei n. 11.101/2005, que trata da Falência e da Recuperação da Empresa, assinale a alternativa **correta**:

I. Na falência os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comitê e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

II. O administrador judicial poderá alugar ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, com o objetivo de produzir renda para massa falida, mediante autorização do Comitê. O bem objeto da contratação poderá ser alienado a qualquer tempo, independentemente do prazo contratado, rescindindo-se, sem direito a multa, o contrato realizado, salvo se houver anuência do adquirente.

III. Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, antecedem aos créditos derivados da legislação do trabalho, mesmo os limitados a 150 salários mínimos por credor e os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, na ordem de classificação dos créditos.

IV. Na falência, os créditos retardatários perderão o direito a rateios eventualmente realizados e ficarão sujeitos ao pagamento de custas, não se computando os acessórios compreendidos entre o término do prazo e a data do pedido de habilitação.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.



- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

GABARITO:

| 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|
| C | D | E | A | B | D | D | A |

PROVA DE 2013

DIREITO EMPRESARIAL

71ª Questão: Sobre recuperação judicial, assinale a alternativa correta:

- a) O INSS não pode deferir parcelamento de seus créditos em sede de recuperação judicial.
- b) O plano de recuperação judicial poderá sofrer alterações na assembléia geral, independentemente da aquiescência do devedor.
- c) A assembléia geral dos credores será presidida pelo Juiz de Direito que atua na unidade jurisdicional onde tramita a recuperação judicial.
- d) O Comitê de Credores terá, dentre os seus componentes, 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes.
- e) O plano de recuperação judicial será apresentado pelo devedor em juízo, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

72ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O processo de recuperação judicial é promovido por iniciativa do próprio empresário em crise, que apresenta perante o Poder Judiciário o pedido do benefício. Verificando o atendimento a todos os requisitos legais, o juiz defere o processamento da recuperação judicial, abrindo-se prazo para os credores realizarem as habilitações de crédito perante o administrador judicial e para o devedor apresentar o plano de recuperação judicial.
- b) A recuperação judicial objetiva a superação da crise empresarial, permitindo a continuidade da atividade econômica para evitar a falência, tendo por finalidade a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores no intuito de promover a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.
- c) A data designada para a realização da assembléia geral dos credores não excederá 180 (cento e oitenta) dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial.
- d) Pode ser postulada a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor, nos



- 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.
e) O pedido de restituição suspende a disponibilidade da coisa até o trânsito em julgado.

73ª Questão: Quanto ao cheque, assinale a alternativa correta:

- a) O cheque pode ser endossado parcialmente e não admite aceite.
- b) Num cheque em que a quantia é indicada mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece no caso de divergência, a indicação resultante da média aritmética entre elas.
- c) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 90 (noventa) dias, quando emitido no exterior.
- d) O beneficiário do cheque pode recusar pagamento parcial.
- e) O cheque prescrito, para ser cobrado através de ação monitória, dispensa a declinação da causa debendi.

74ª Questão: Sobre proteção da propriedade intelectual de programa de computador, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o mesmo conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos, observado o disposto na Lei n. 9.609/1998.
- b) O contrato de licença de uso de programa de computador, o documento fiscal correspondente, os suportes físicos do programa ou as respectivas embalagens deverão consignar, de forma facilmente legível pelo usuário, o prazo de validade técnica da versão comercializada, que nunca poderá ser inferior a 2 (dois) anos.
- c) Os direitos sobre as derivações autorizadas pelo titular dos direitos de programa de computador, inclusive sua exploração econômica, pertencerão à pessoa autorizada que as fizer, salvo estipulação contratual em contrário.
- d) Não constitui ofensa aos direitos do titular de programa de computador a reprodução, em um só exemplar, de cópia legitimamente adquirida, desde que se destine à cópia de salvaguarda ou armazenamento eletrônico, hipótese em que o exemplar original servirá de salvaguarda.
- e) Não importa ofensa aos direitos do titular de programa de computador a integração de um programa, mantendo-se suas características essenciais, a um sistema aplicativo ou operacional, tecnicamente indispensável às necessidades do usuário, desde que para o uso exclusivo de quem a promoveu.

75ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A duplicata somente é protestável por falta de aceite e pagamento.
 - II. Os juros moratórios incidem na duplicata inaceita desde a data da emissão.
 - III. Uma só duplicata pode corresponder a duas ou mais faturas.
 - IV. O protesto da duplicata somente poderá ser tirado na praça em que estiver sediado o sacado.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.



e) Todas as proposições estão incorretas.

76ª Questão: Analise as proposições abaixo sobre marcas e patentes e assinale a alternativa correta:

I. São requisitos mínimos para a constituição de uma marca válida: a) cunho distintivo; b) novidade; c) veracidade; e, d) caráter lícito.

II. A marca registrada é potencialmente eterna, já que o seu registro é concedido pelo prazo de dez anos, prorrogável por iguais períodos, enquanto o titular da marca tiver interesse e efetuar o pagamento das retribuições devidas para a sua manutenção.

III. Não se consideram invenção nem modelo de utilidade: método matemático, regras de jogo e técnica cirúrgica.

IV. O pedido de patente será mantido em sigilo durante dezoito meses, contados da data do depósito ou da prioridade mais antiga, quando houver, após o que será publicado, a exceção do caso em que se caracterize a patente objeto de interesse à defesa nacional.

a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

77ª Questão: No que tange à sociedade anônima, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. As sociedades anônimas classificam-se em dois tipos distintos: sociedade anônima de capital aberto e sociedade anônima de capital fechado. Distinguem-se conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão.

II. Uma sociedade anônima de capital aberto deve obrigatoriamente emitir debêntures.

III. Em havendo inadimplemento do acionista, a sociedade anônima poderá promover contra ele e os que forem solidariamente responsáveis, processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo como título extrajudicial o boletim de subscrição e o aviso de chamada.

IV. O acionista controlador de uma sociedade anônima somente pode ser pessoa física.

a) Somente as proposições I e III estão corretas.

b) Somente as proposições II e III estão corretas.

c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

78ª Questão: Sobre os princípios básicos dos títulos de crédito, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Pelo princípio da cartularidade, trazido na expressão “documento necessário ao exercício do direito”, o título de crédito é representado por uma cártula, documento sem o qual não poderá o devedor ser cobrado.

II. Pelo princípio da literalidade o título tem sua existência regulada pelo teor de seu conteúdo, ou seja, em um escrito, e somente se leva em conta o que nele está



estampado.

III. A abstração importa na circulação do título sem qualquer ligação com a causa que lhe deu gênese.

IV. O título de crédito é autônomo em virtude de que o seu possuidor, pouco importando se de boa-fé ou má-fé, exercita um direito próprio, o qual não pode sofrer empecilhos frente a adrede relações reinantes entre os anteriores possuidores e a parte devedora.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

GABARITO

| | | | | | | | |
|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 71 D | 72 C | 73 E | 74 B | 75 E | 76 E | 77 A | 78 D |
|------|------|------|------|------|------|------|------|

PROVA 2015 DIREITO EMPRESARIAL

71. A empresa “PESCADO PURO LTDA.” formulou pedido de recuperação judicial, apresentando plano que previa o pagamento de todas as suas dívidas em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia da concessão da recuperação e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Regularmente aprovado o plano pela assembleia-geral de credores, a recuperação foi concedida pelo juiz. Porém, depois de pontualmente adimplidas as trinta primeiras parcelas, a devedora não conseguiu honrar com as demais, por dificuldades de fluxo de caixa. Nesse caso, o descumprimento das obrigações assumidas no plano

- (A) não autoriza a convolação da recuperação judicial em falência, mas pode justificar novo pedido de falência.
- (B) autoriza a convolação da recuperação judicial em falência, que pode ser decretada de ofício.
- (C) autoriza a convolação da recuperação judicial em falência, desde que requerida por qualquer credor.
- (D) autoriza a convolação da recuperação judicial em falência, desde que requerida pelo administrador judicial.
- (E) não autoriza a convolação da recuperação judicial em falência, mas apenas a execução individual pelos credores.

72. Antônio contratou a compra da safra de milho produzida por Bruno, pelo preço de R\$ 20,00 por saca de 60 Kg. Em pagamento do preço, Antônio emitiu e entregou a Bruno um cheque, mas deixou de preencher o valor, que seria apostado pelo próprio vendedor, depois de feita a pesagem do milho colhido. No entanto, Bruno preencheu o



cheque com valor superior ao combinado e, em seguida, endossou a Cártula a Carlos, que conhecia os termos do ajuste feito com Antônio. Em seguida, Carlos endossou o cheque a Dagoberto, terceiro de boa-fé, que por sua vez endossou o título a outro terceiro de boa-fé, Eduardo, com a cláusula de que não garantia o pagamento da cártula. Apresentado o cheque para pagamento ao banco, este o devolveu por insuficiência de fundos. Nesse caso, Eduardo poderá cobrar o pagamento do cheque

- (A) de Antônio, Bruno, Carlos e Dagoberto.
- (B) apenas de Antônio.
- (C) apenas de Carlos.
- (D) apenas de Bruno e Carlos.
- (E) apenas de Antônio, Bruno e Carlos.

73. “FRANGO SAUDÁVEL S.A.”, empresa produtora e exportadora de frangos, com sede em Florianópolis, concentra sua atividade econômica em Blumenau, onde se situa o seu principal estabelecimento. No entanto, todos os seus fornecedores e credores têm domicílio em Itajaí. Nesse caso, a competência para decretar a falência da empresa será do juízo de:

- (A) Florianópolis ou Itajaí, definindo-se por prevenção.
- (B) Blumenau.
- (C) Florianópolis.
- (D) Itajaí.
- (E) Florianópolis ou Blumenau, definindo-se por prevenção.

74. Adriana e Débora eram sócias numa sociedade limitada. Sem prévia audiência dos demais sócios, Adriana alienou à Débora a totalidade das quotas de que era titular. Nesse caso, considerando que o contrato social era omissivo quanto à cessão de quotas, a alienação realizada é

- (A) válida, mas só será eficaz depois de ratificada pela maioria dos demais sócios.
- (B) nula, porque não autorizada expressamente pelo contrato social.
- (C) nula, porque não respeitado o direito de preferência dos demais sócios.
- (D) válida, não podendo ser impedida pelos demais sócios.
- (E) válida, mas pode ser vetada por sócios titulares de mais de um quarto do capital social.

75. Considere as seguintes proposições acerca da duplicata:

- I. É vedado ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la.
 - II. O prazo de vencimento da duplicata é improrrogável.
 - III. A duplicata é protestável por falta de aceite, devolução ou pagamento.
 - IV. É ineficaz o aval dado em garantia do pagamento da duplicata após o vencimento do título.
 - V. Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.



- (D) II e IV.
(E) III e V.

76. Em matéria de direito do autor, contrafação significa

- (A) o ato de registro que garante ao autor exclusividade sobre a sua obra.
(B) a elaboração de biografia sem autorização do biografado.
(C) a reprodução não autorizada.
(D) a reprodução de obra de domínio público.
(E) a decadência do direito do autor sobre a sua obra.

77. Ricardo, empresário do ramo de móveis, alienou o seu estabelecimento para Alexandre, que ali deu continuidade à exploração da mesma atividade. No contrato de trespasse, foram regularmente contabilizadas todas as dívidas relativas ao estabelecimento, algumas delas já vencidas e outras por vencer. Nesse caso, Ricardo

- (A) não responde pelas dívidas do estabelecimento, ainda que anteriores à sua transferência.
(B) responde com exclusividade por todas as dívidas do estabelecimento anteriores à sua transferência.
(C) responde com exclusividade apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.
(D) responde solidariamente com Alexandre, durante determinado prazo, por todas as dívidas anteriores à transferência do estabelecimento.
(E) responde solidariamente com Alexandre apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.

GABARITO

| | | | | | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 71 A | 72 E | 73 B | 74 D | 75 E | 76 C | 77 D |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|